



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Marxismo, teoria social e crítica da economia política.

Crise da modernidade e a decadência ideológica do pensamento burguês

Joselita Olivia da Silva Monteiro¹
Albani de Barros²
Manuella Aragão Pinheiro³

Resumo: O presente estudo tem por objetivo analisar, de maneira introdutória, a tradição progressista e a decadência ideológica do pensamento burguês. Amparado em pesquisa bibliográfica, expõe os fundamentos da razão e sua relação com as transformações históricas, sobretudo entre 1789 e 1830. Constata que a transição do feudalismo ao capitalismo o irracionalismo, expresso na metade do século XIX, é a contraposição à racionalidade burguesa. As transformações ocasionadas pela ação de homens e mulheres são convertidas no aumento da alienação humana, na defesa da lógica do capital como última forma de sociabilidade possível. Desses apontamentos são apresentados alguns aspectos que evidenciam o rompimento da burguesia com os ideais progressistas.

Palavras-chave: Racionalidade; Conhecimento; Modernidade; Decadência ideológica.

Crisis of modernity and the ideological decline of bourgeois thought

Abstract: The present study aims to analyze, in an introductory way, the progressive tradition and the ideological decadence of bourgeois thought. Supported by bibliographical research, it exposes the foundations of reason and its relationship with historical transformations, especially between 1789 and 1830. It finds that in the transition from feudalism to capitalism, irrationalism, expressed in the middle of the 19th century, is the opposition to bourgeois rationality. The transformations caused by the actions of men and women are converted into an increase in human alienation, in defense of the logic of capital as the last possible form of sociability. From these notes, some aspects are presented that highlight the break between the bourgeoisie and progressive ideals.

Keywords: Rationality; Knowledge; Modernity; Ideological decadence.

1. Introdução

A concepção do desenvolvimento histórico à luz da fundamentação da ciência, em se levando em consideração os aspectos da tradição filosófica ao longo da história, é relativamente recente, surgindo com Descartes (1619-1641) cuja compreensão inaugura de modo mais incisivo o pensamento moderno, avançando com Hegel (1795-

¹ Assistente social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal, Maceió, Brasil). *E-mail:* joselita.monteiro@palmeira.ufal.br

² Assistente social. Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Docente Adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). *E-mail:* albanibr@hotmai.com

³ Assistente social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Assistente social na Faculdade de Serviço Social da Ufal, na Coordenação de Extensão. *E-mail:* manuella.pinheiro@fssso.ufal.br

1829) e recebendo contornos mais precisos com Marx⁴. Esse movimento foi jungido na ascensão da modernidade, quando ocorre o deslocamento das formas de pensar o mundo baseadas em dogmas e preceitos religiosos, para uma lógica que buscava seu fundamento na racionalidade.

A modernidade instaura um movimento progressista que para Rouanet (1993) apresenta três aspectos nodais: o caráter universalista, a ênfase no indivíduo e a autonomia. A burguesia, ao adotar uma perspectiva revolucionária, ainda que nos limites burgueses, buscava o desvelar objetivo da realidade (Tonet, 2005).

Conforme Barros (2018, p. 113):

Essa busca pela compreensão do real não foi meramente um exercício casual, foi expressão das condições necessárias para a consolidação burguesa, que exigia a negação da velha ordem e, portanto, a compreensão das contradições postas no plano concreto da sociedade a ser superada.

Contudo, a maturidade para que o movimento de ascensão da burguesia permitisse uma clara percepção da ação efetiva de homens e mulheres para a transformação da sociedade só foi plenamente alcançada no período de transição do século XVIII para o século XIX. Não se tratou apenas de certo amadurecimento histórico galgado, mas do desenvolvimento de dois episódios, a saber: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

O rápido desenvolvimento das forças produtivas provocado pela Revolução Industrial e as profundas alterações políticas alcançadas pela Revolução Francesa possibilitaram um novo padrão qualitativo para a compreensão da história humana como predominantemente determinada pelas relações sociais. Uma vez que essas formas de consciência projetavam a possibilidade da ação humana na transformação social, também foram capazes de cumprir um papel progressista para a humanidade.

Como se tratava de um momento de estruturação da nova ordem social burguesa que estava a se consolidar, interessava à burguesia, seu carro-chefe, a compreensão da realidade, ainda que fosse conceituada de forma unilateral pelo idealismo e pelo materialismo mecanicista. Porém, essa situação se alterou a partir da afirmação da burguesia como classe hegemônica econômica e politicamente, e do risco

⁴ Consta-se que a filosofia sistemática pretendida por Hegel recebe, ao longo do século XIX, críticas a partir de Schopenhauer, Kierkegaard, Nietzsche e, anterior a este, do próprio Marx cuja crítica fundamental parte da contraposição ao idealismo preconizado por Hegel.

revolucionário que emergiu com o proletariado desde a primeira metade do século XIX. Em razão desta nova situação, no posfácio da segunda edição de *O Capital*, Marx já advertia que desde a consolidação do poder pela burguesia:

[...] a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se esse ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a má consciência e a má intenção da apologética. (Marx, 1988, p. 23).

A partir desse instante histórico, com o seu poder estabilizado, inicia-se o movimento de decadência ideológica burguesa. As armas de que antes a burguesia havia se utilizado para conduzir as Revoluções Inglesa e Francesa, para citar apenas esses dois exemplos mais emblemáticos, agora passam a ser um risco para ela própria. O desvelar da verdade passa a constituir um grave problema para a reprodução do sistema capitalista. Com base em Coutinho (2010, p. 21), “o antagonismo entre progresso e reação que marca desde as origens a evolução da sociedade burguesa, apresenta, a partir de 1848, um novo aspecto”. Nele, as tendências progressistas da burguesia que antes a caracterizavam e foram decisivas para a suplantação do feudalismo, agora subordinam-se ao aumento cada vez maior da alienação humana.

Posto isso, busca-se refletir, no primeiro momento deste estudo, acerca dos elementos que condicionam a tradição progressista da burguesia em meio às possibilidades postas pela razão e embasam os tensionamentos e confrontos que põem fim ao modo de produção feudal, inaugurando o capitalismo. Ainda, revela-se desse aspecto que o desenvolvimento da burguesia concernia à sua capacidade de direcionar as insatisfações “das classes que outrora formavam o Terceiro Estado” (Coutinho, 2010, p. 21). Ao colocar seus interesses a favor da construção de uma nova concepção, logo viria a se tornar a classe dominante.

Até esse contexto, a sua condição de “porta-voz do progresso” considerava a realidade e suas possibilidades de conhecimento um campo aberto à razão humana. No momento seguinte, este estudo situa o princípio acerca da “razão na história” como o mais alto patamar da filosofia burguesa. A dissolução desta filosofia, após 1848/1849, marca a decadência progressiva expressa no irracionalismo que abandona as conquistas decisivas do período anterior, explicitadas no humanismo, no historicismo e na razão dialética (Coutinho, 2010).

2. Racionalidade e tradição progressista

Precedentemente ao decurso do século XIV, a pressão exercida pelo Estado e pelas classes privilegiadas, notadamente o poderio dos senhores feudais e da nobreza, implica o fardo das regulamentações feudais, a exemplo dos pagamentos de impostos e das restrições jurídicas. Para superá-las, camponeses(as), trabalhadores(as) e a burguesia da França encontram na emergente classe burguesa a aptidão para conduzir o processo revolucionário. Dessa forma, o mundo moderno, consolidado na revolução burguesa, tem seu processo inaugurado a partir da crise do feudalismo.

Dado o esgotamento das concepções ideológicas que justificavam o feudalismo, a burguesia se achava diante de uma situação específica propícia à consolidação dos próprios privilégios. Ante a inconformidade das classes oprimidas pelo feudalismo, a burguesia foi “a classe capaz de aglutinar outras classes e frações de classes ao seu redor ao apresentar seu interesse particular como interesse geral” (Gianna, 2022, p. 54).

A sociedade francesa se constituía de Estados distintos. As classes privilegiadas eram formadas pelo clero e pela nobreza, compreendidas respectivamente no Primeiro Estado e no Segundo Estado. Já o Terceiro Estado conformava um conjunto de classes sem privilégios, encontrando-se aí a própria burguesia, trabalhadores(as) assalariados(as) e camponeses(as). Porém, o interior do Terceiro Estado guardava diferenças, uma vez que a classe média superior se encontrava relativamente bem em relação aos demais membros; sua formação consistia em artesãos(as) e camponeses(as) que se destinavam a trabalhar na terra, únicos(as) “a pagar impostos aos Estados, dízimos ao clero e taxas feudais à nobreza” (Huberman, 1986, p. 146).

Diante dessa estrutura, dada a condição parasitária dos que conformam o Primeiro e o Segundo Estado e levando em consideração a controversa isenção de impostos por membros(as) mais ricos(as) do Terceiro Estado, todo o ônus incidia sobre os(as) mais desfavorecidos(as), como esclarece Huberman: “um quadro verdadeiro do período mostraria o camponês curvado carregando em suas costas o rei, o padre e o nobre” (1986, p. 146).

O esgotamento da produção do regime feudal acaba por provocar consequências, como explicitado por Braz e Netto:

As lutas entre as classes fundamentais do modo de produção feudal, senhores e servos (proprietários, fundiários e camponeses), agudizam-se dramaticamente a partir de então, *já que os primeiros, para compensar a redução do excedente econômico de que se apropriavam, trataram de acentuar a exploração dos produtores diretos*; e também entre os senhores instalaram-se conflitos que derivaram em verdadeiro banditismo, configurando um cenário de confrontos sociais que invadirá o século XVI. (2008, p. 71, grifo nosso)

O processo de luta entre as classes fundamentais do feudalismo é emblemático. O modo como a burguesia, de posse do poder econômico, percebe a importância do poder político a seu favor apenas é possível “com a instauração de uma nova ordem racional capaz de superar qualquer forma de dominação e exploração” (Gianna, 2022, p. 54). Numa França permeada de abusos, em que o pagamento de impostos recaí sobre os(as) pobres, e diante da impossibilidade administrativa de governar, sobretudo devido às massas descontentes e “*ainda a uma classe inteligente e em ascensão, ansiosa de tomar o poder*”, em 1789 dá-se a Revolução Francesa (Huberman, 1986, p. 153, grifo nosso).

Tal aspecto social e político assinala o avanço da burguesia, originalmente marcada por tendências progressistas. Tais tendências são posteriormente modificadas pelo movimento que ocasiona a inversão dos fatores do progresso, “*ao transformá-lo em fonte do aumento cada vez maior da alienação humana*” (Coutinho, 2010, p. 21, grifo nosso). Nesse contexto, a burguesia reunia os interesses do povo contra a reação absolutista-feudal. Assim, “o Iluminismo assenta as bases teóricas do que a burguesia, mais tarde, levará à prática com a revolução burguesa: *a emancipação política*” (Gianna, 2022, p. 55, grifo nosso)⁵. A condição para canalizar os interesses mais gerais da sociedade francesa que conformava o Terceiro Estado, além do interesse em orientar a luta contra o regime feudal, é o que marca o poder político da burguesia.

No que tange à filosofia burguesa, Coutinho (2008) a define em duas etapas principais. A primeira compreende os pensadores renascentistas até Hegel, e a segunda, de 1830 a 1848, é marcada pela progressiva decadência e caracterizada pelo abandono do período anterior, conforme aludido anteriormente. No entendimento de Rouanet, “o

⁵ A importante observação de Gianna parte da afirmação de que o Iluminismo, ao instaurar o contrato social, funda a vida social; a política passa a ser uma determinação fundamental para a superação da desigualdade e do estado de natureza. Ainda conforme o autor, entre outros aspectos fundados nesse processo estão o Estado e o contrato social, “mesmo com as distinções que podem existir entre os pensadores como Hobbes, Locke e Rousseau”. (Gianna, 2022, p. 55).

projeto civilizatório da modernidade tem como ingredientes principais os conceitos de universalidade, individualidade e autonomia” (Rouanet, 1993, p. 9).

Ainda para Coutinho, o modo como a burguesia se vale da razão humana neste período a caracteriza como representante de um progresso social, uma vez que para seus representantes ideológicos, a realidade era considerada como um todo social.

Desde a teoria de Galileu de que ‘a natureza é um livro escrito em linguagem matemática’ até o princípio hegeliano da ‘razão da história’, existe uma linha que – apesar de suas sinuosidades – afirma claramente a subordinação da realidade a um sistema de leis racionais integralmente apreendidas pelo nosso pensamento. (Coutinho, 2010, p. 22)

Tanto na compreensão de Coutinho quanto de Rouanet está presente a identificação do caráter progressista requerido pela modernidade. Isto é, de modo inaugural há o reconhecimento de que homens e mulheres são capazes de produzir a sua própria história.

Essa fase sintetiza a expressão desse processo no seguinte: “a superação dos elementos ‘naturais’ e o reconhecimento de uma desigualdade, mas que agora passa a ser produto das decisões e alternativas assumidas pelos próprios indivíduos” (Gianna, 2022, p. 35). Ainda com base em Gianna, o debate filosófico na modernidade ocorreu por meio de autores como Copérnico (1473-1543), Giordano Bruno (1548-1600) e Galileu (1564-1642), entre outros, até finalmente se chegar a Hegel. É no texto *Fenomenologia do espírito*, de 1807, que Hegel se preocupa em discutir a crítica da razão pura ao idealismo.

Na transição do século XVIII ao XIX, as significativas transformações ocasionadas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial escancaram a concepção hegeliana. A síntese tentada pelo autor consiste em “chegar à fundamental teoria *humanista* de que o homem é o produto de sua própria atividade histórica e coletiva, bem como a tese *racionalista* de que essa autorreprodução é um percurso submetido a leis objetivas e dialéticas” (Coutinho, 2010, p. 26, grifo do autor).

Pode-se dizer que, mediante Hegel, o pensamento burguês alcançou seu mais elevado patamar. Contudo, depois de 1848/1849, a inspiração hegeliana passa a ser considerada uma influência perigosa, dado o conteúdo radicalizante *a priori* de seu pensamento. Vale ressaltar que tal filosofia “foi originalmente concebida em circunstâncias históricas de grandes conflitos sociais e apesar dos ajustes conservadores de seu autor em seus últimos anos jamais perderia as marcas de uma era dinâmica de transição” (Mészáros, 2011, p. 54). É nesse momento histórico que se colocam

efetivamente as possibilidades do conhecimento autêntico sobre a humanidade.

Com base nos aspectos delineados até aqui, ver-se-á a seguir, ainda que de forma breve, as sínteses idealistas em Hegel que, entre outros importantes apontamentos, demonstrou alguns defeitos estruturais da nova ordem estabelecida, ao passo que por meio de “sínteses conciliatórias idealistas” atenuou as implicações da reprodução da sociabilidade capitalista (Mészáros, 2011, p. 55).

2.1 Hegel e a premissa das mistificações eternizadoras do capital, segundo Mészáros

Um olhar sobre a filosofia hegeliana deve partir da *Fenomenologia*, em virtude de ser esta “o verdadeiro lugar do nascimento e o segredo da filosofia de Hegel” (Marx, 2010, p. 119). Ainda conforme o autor, “Hegel se coloca no ponto de vista dos modernos economistas nacionais” (Idem, 2010, p. 124).

Conforme os preceitos hegelianos, o mundo moderno burguês seria o portador da identidade entre a ideia e o universal. Dessa forma, a dialética histórica de Hegel tem um alcance final demarcado nas fronteiras da sociedade burguesa, uma vez que considera tais limites como o horizonte máximo a ser alcançado pela história humana.

No que tange à realização humana, a síntese de Hegel, para o período em que se deu, é considerada a mais elaborada em virtude de sua exposição dialética para explicar a história e demonstrar a racionalidade burguesa como universal⁶. O autor concebe uma forma radicalmente nova acerca da explicação da relação entre o homem e a história. Contudo, “a dissolução da filosofia de Hegel, na qual a identidade do real e do racional encontra a sua mais radical expressão nos quadros do pensamento burguês, segue duas orientações, uma de ‘esquerda’ e outra de ‘direita’” (Coutinho, 2010, p. 23).

Conforme Hegel, “a razão, pois, parte para *conhecer* a verdade; para encontrar como conceito o que era uma coisa para ‘visar’ e o perceber, isto é para ter na coisidade somente a consciência de si mesma” (Idem, 2014, p. 178, grifo do autor). Por assim dizer, a razão funda a história humana, que por sua vez se efetiva pela vontade do espírito (*geist*). Esta se encontrava plasmada na racionalidade humana, e o espírito

⁶ Importante frisar que Hegel articulou a sua teoria “num momento histórico em que, em consequência da Revolução Francesa, os notáveis representantes intelectuais da burguesia em ascensão tentavam chegar a um acordo com o fato desagradável de que o ‘Terceiro Estado’, longe de ser homogêneo, estava profundamente dividido por interesses de classes conflitantes”. (Mészáros, 2010, p. 56).

absoluto, ao longo do processo especulativo previsto em Hegel, torna-se, finalmente, racional.

Ao deduzir uma concepção idealista e abstrata da história, Hegel infere que tal processo implica que os homens encontraram na sociedade burguesa a sua verdadeira essência.

No entendimento de Mészáros:

Exatamente como Adam Smith, Hegel adotou o ponto de vista do capital, incorporando com grande sensibilidade os princípios fundamentais da economia política de Smith em sua própria e magistral concepção filosófica. Todavia, nos anos mais importantes de sua formação intelectual, Hegel foi também um contemporâneo da Revolução Francesa de 1789 e de todos os levantes sem precedentes históricos que a seguiram – dotados, pela primeira vez na história, de um sentido significativamente global. Assim, ele não poderia deixar de atribuir à categoria dialeticamente definida da *contradição* um lugar de importância central em seu sistema, ainda que tratasse as relações sociais incorporadas nessa categoria de forma extremamente abstrata e idealista, atenuando assim suas implicações explosivas no modo de reprodução sociometabólica do capital. (Mészáros, 2011, p. 55, grifo do autor)

Com base no que expõe a citação, mesmo inaugurando a categoria dialética da contradição, o modo idealista de sua análise vem a atenuar os antagonismos próprios da dinâmica histórica. Para Hegel, o espírito que guiou os homens, por assim dizer, já trazia a essência que inevitavelmente conduziria à riqueza e à construção de um Estado ético. Dessa forma, o transcorrer do movimento todo tem seu fim com o saber absoluto. Logo, a compreensão do devir humano só poderia se dar no fim, ali onde a história tenderia a levar os homens, que chegaram finalmente à sociedade burguesa como a última regência de sociabilidade possível (Mészáros, 2010).

Não estava entre as intenções de Hegel analisar as consequências das transformações radicais efetivadas pelo capitalismo, no sentido de apontar para a sua superação.

Desse modo,

a tentativa de Hegel de encerrar arbitrariamente, em seus textos, a dinâmica histórica no ponto central do presente eternizado do capital sob a supremacia colonial europeia *não podia alterar o fato de que acima de tudo ele compreendesse a história como um movimento objetivo inexorável, com uma lógica própria irresistível que não poderia ser atenuada por projetos subjetivos sonhados nem pela correspondente intervenção voluntarista.* (Mészáros, 2010, p. 55, grifo nosso)

O aspecto emblemático explicitado por Mészáros consiste na identificação de que, para a lógica hegeliana, o efeito do antagonismo é concebido de forma abstrata e idealista. Assim, o autor tende a atenuar as profundas implicações da reprodução

sociometabólica do capital (Idem, 2010).

Em face dessas breves considerações, é possível reiterar que Hegel se coloca no campo progressista, sendo, por conseguinte, em parte apropriado pelo pensamento de esquerda, ao fornecer uma explanação filosófica forjada pelo processo histórico, por meio de um significado radicalmente novo da categoria da razão. Todavia, ao delimitar a história baseada em justificações de um positivismo acrítico em relação à ordem burguesa, por meio dos desígnios do Espírito do mundo, também se revela conservador, sobretudo quando adota o capital como horizonte das suas mistificações eternizadoras (Mészáros, 2010).

Conforme argumenta Barros:

A dualidade de Hegel provém tanto de conseguir expressar um movimento progressista na concepção dialética história, ao qual Marx herdou e superou; como também no sentido inverso, de pensar essa dinâmica histórica, privilegiando o presente. Com isso, Hegel subsidia uma base teórica e ideológica que legitima aquilo que está posto e que possui no Estado burguês o lócus da ética e da razão humana. (2018, p. 117)

A autoridade da “*Fenomenologia*” hegeliana representada no seu resultado final afirma a essência do *trabalho* efetivada pela autorreprodução do homem como um processo que compreende a objetivação e a desobjetivação, a exteriorização e a suprassunção. Daí a exteriorização, o homem compreendido como resultado do seu próprio trabalho (Idem, 2010).

Dados os fundamentos expostos até aqui, discute-se a seguir o ponto de partida do encerramento do ciclo progressista burguês e o seu conseqüente declínio ideológico, assinalado pela negação ou, quando não, pela limitação da razão no conhecimento da práxis humana.

3. Decadência ideológica e ruptura com a tradição progressista

Com a dissolução do feudalismo, a burguesia enquanto classe triunfante passou não apenas a conduzir as relações sociais conforme os seus interesses fundamentais, como também teve de enfrentar novas contradições, novos conflitos sociais e um novo antagonista fundamental: a classe trabalhadora.

Durante o processo de ascensão da burguesia e da construção de uma nova ordem social, foi possível canalizar para sua luta política o protesto de outras classes sociais que conformavam o Terceiro Estado, o que culminou com a construção do Estado

burguês. Ao passo que isso se deu, colocou ao seu serviço o exército, a polícia, a religião e a burocracia, disponibilizando a condição necessária ao desenvolvimento das relações sociais burguesas.

Mas, ao tempo que a modernidade trouxe tendências progressistas, os eventos de 1848 puseram severos limites a tais tendências. A partir de então, o movimento social e político burguês inverte os fatores progressistas, assumindo formas claramente conservadoras e irracionais, as quais precisam negar objetivamente a realidade.

É com esse argumento que Coutinho (2010) aborda as novas formas de alienação humana assinaladas por uma decadência contínua, caracterizada “pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade, como é o caso do humanismo, do historicismo e da razão dialética” (Coutinho, 2010, p. 21).

No contexto em que o progresso interessava à burguesia, esta conduziu a Revolução Francesa. Mas, ao tornar-se classe dominante, seu inimigo estrutural deixou de ser as personificações da aristocracia e do poder feudal, passando a ser o proletariado.

Em vista desse aspecto histórico e considerando o papel determinante que a burguesia revolucionária cumpriu, Coutinho (2010) observa que a ruptura não se dá com a totalidade do pensamento burguês, mas com a sua tradição progressista. Tal fato é o cerne da decadência ideológica.

Em muitos pontos, decerto, verifica-se uma relação de continuidade entre a filosofia da decadência e a filosofia burguesa da época revolucionária. Absolutizando tais pontos, isolando-os do contexto histórico global, a historiografia vulgar (pseudomarxista ou burguesa) estabelece inúmeras falsas identificações: entre o positivismo de Comte e o materialismo iluminista do século 18, entre Descartes e existencialismo, entre Kant e os neokantianos etc. Uma análise mais profunda, porém, revela uma ruptura por trás da aparente continuidade. (Coutinho, 2010, p. 23-24)

O declínio do ciclo progressista burguês e a adesão das formas irracionais que caracterizam sua decadência ideológica ocorrem em dois momentos e são o resultado, primeiramente, das transformações nas esferas econômica e política ocorridas nas décadas de 1830 e 1840. Um segundo período é marcado pela destruição da razão, tendo como episódios fundamentais a Revolução de 1848 e a Comuna de Paris, em 1871, momentos esses que marcam a emergência da concepção proletária de mundo. Tais aspectos resultaram em mudanças na finalidade da ideologia burguesa e demarcam a fase

de sua decadência ideológica (Gianna, 2022).

Cumpra aqui destacar que dado o contexto que conforma as duas classes fundamentais do capitalismo, a burguesia teve de encarar os resultados dos interesses conflitantes de sua condição de classe revolucionária, agora, como classe dominante e conservadora. Enquanto necessitou de um arcabouço ideológico para vencer o *Ancien Régime*, a burguesia conduziu formas de apreensão objetiva da realidade, mas à medida que se torna classe dominante, necessitou utilizar formas mistificadoras de compreensão do real. Enquanto classe dominante, seu princípio universalista progressista da fase revolucionária de outrora entra em conflito incontornável com seus interesses particulares de classe.

Como exemplo disso, o caráter de busca da compreensão da realidade, preconizado na filosofia de Hegel, não estava mais dentro da perspectiva da burguesia.

Segundo Mészáros:

Mesmo o injustificado postulado hegeliano da “classe universal” foi considerado um exagero, *porque involuntariamente admitia alguns defeitos estruturais da ordem estabelecida*. Foi por isso que no final das contas Hegel teve de se tornar um “cachorro morto” para sua própria classe e sua visão histórica pioneira teve de ser inteiramente abandonada. (Mészáros, 2010, p. 56, grifo nosso)

Vale ressaltar que mesmo considerando as postulações limitantes da visão de Hegel quanto à direção da realização final da sociabilidade humana no capitalismo, como esclarecido anteriormente, a burguesia em sua decadência ideológica imprime um significado radicalmente novo à categoria da razão. Ao romper com esse significado racional ético hegeliano, passa a se comprometer apenas com as condições fundamentais para o estabelecimento e a manutenção da sua própria ordem.

A forma radical do conhecimento preconizado na apreensão da realidade desde a sua raiz e do significado das contradições próprias da nova sociabilidade passa a ser entendida como um risco. Com isso, “o potencial radicalizante da filosofia de Hegel se torna um grande problema até mesmo para os membros da burguesia liberal” (Mészáros, 2010, p. 54). Isso é o que permite a Coutinho (2010) considerar que o rompimento com a tradição progressista pode ser analisado do ponto de vista do rompimento com a filosofia preconizada por Hegel.

A particularidade de tal rompimento é refletida no papel da filosofia da época clássica, cujo conhecimento voltava-se para a elaboração de um saber

desantropomorfizador, ainda que sujeito a deformações ideológicas, conforme muito bem assinala Coutinho (2010). Da condição de classe progressista à objetivação de um regime de exploração fundado na subjugação da classe trabalhadora se acha o que caracteriza essa decadência e a dissolução da burguesia revolucionária. Tal condição da burguesia não se trata tão só de uma opção individual, mas é uma determinação de classe que, sob a rejeição da tradição progressista para o desvelamento do real, impõe o capitalismo como uma realização insuperável.

Diante das contradições fundamentais postas pelo sistema metabólico capitalista, a consolidação da sociabilidade burguesa produziu novas contradições e novos conflitos sociais, impossíveis de ser superados no interior da própria ordem. Assim, a questão da luta de classes expõe o modo como se dá a construção material da riqueza deste sistema, cuja manifestação irreconciliável entre o capital e o trabalho tem no solo ontológico a exploração.

É nesse contexto que o irracionalismo e sua forma de compreensão da realidade, sem estar articulada a uma totalidade, configuram uma expressão da fragmentação e de particularismos necessários à reprodução da ordem burguesa. É diante disso que o rebaixamento das possibilidades de compreensão do real é relegado pelo agnosticismo e irracionalismo, compreendidos por Gianna do seguinte modo:

[...] ambos são fecundados, simultaneamente, pela decadência ideológica, na qual a homologação entre conhecimento científico e conhecimento manipulável, sustentando no entendimento, é o que abre a porta para o desenvolvimento do irracionalismo, ou seja, para a proposição de uma forma “suprarracional” baseada na intuição. (Gianna, 2022, p. 136)

A fragmentação do conhecimento expressa uma das manifestações da decadência do pensamento burguês. Já as formas mais duradouras da decadência ideológica burguesa vão se expressar no irracionalismo. Nesses termos, Lukács (2020) expõe o irracionalismo como um mecanismo internacional que abrange o período imperialista. Em larga medida, é também a expressão política, social e cultural do pensamento reacionário.

Com base no exposto, é possível afirmar que as lutas sociais próprias do século XIX marcam o momento do declínio do pensamento burguês, somado ao abandono das categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética, imprescindíveis à compreensão da realidade. Não por coincidência, é na ruptura com tais categorias que se encontra a tendência ideologizante da decadência e o efeito do percurso

irracional na compreensão das contradições basilares e irreconciliáveis do capitalismo. Nesse sentido, devem ser vistas como problemas individuais a ser enfrentados sem que se coloque em questão a dimensão destrutiva do capital.

4. Considerações finais

Compreender as grandes realizações da humanidade, como a construção de sua própria história, ainda que sob condições determinadas, é uma das mais emblemáticas expressões desta realização. Com o embasamento que fundamentou o presente estudo, foi possível, *a priori*, apreender que as possibilidades colocadas pela razão têm relação intrínseca com o chão histórico em que ela se realiza.

A partir de 1848 delineiam-se aspectos econômicos, políticos e sociais que contribuem decisivamente para a subsunção das tendências progressistas caracterizadas pelo movimento orientado pela racionalidade humanista. Conforme identificação de Coutinho (2010), no que tange ao desenvolvimento da filosofia burguesa e à compreensão sobre este chão histórico que a delineia, há duas etapas principais. A primeira, em que se encontram os pensadores renascentistas até Hegel, e a segunda, entre 1830-1840, que marca uma ruptura irremediável com as tendências progressistas do período anterior.

Dada a consolidação da burguesia como classe dominante, a instauração do modo de produção capitalista e suas contradições fundamentais, a emergência do irracionalismo que, como tal, desvaloriza o papel efetivado pela razão para o conhecimento da realidade, é uma tomada de decisão que está na base do declínio ideológico representado na negação da dialética, na recusa das grandes narrativas, na inversão completa dos valores e na substituição do humanismo pelo individualismo, do historicismo pela visão a-histórica e da razão dialética materialista pelo idealismo absoluto.

A busca pelo conhecimento de uma realidade social, política e econômica não é meramente o resultado de uma escolha casual, mas expressa as possibilidades de um determinado tempo histórico e a perspectiva de classe assumida por quem deseja esse conhecimento. É dessa forma que se torna impossível pensar a questão do conhecimento caso se desconsidere o solo histórico em que ela brota.

A contraposição à racionalidade é a base da decadência ideológica burguesa, cujo resultado deletério é a defesa de que as contradições irreconciliáveis atinentes à reprodução sociometabólica do capital são naturais. Diante disso, com base nos fundamentos históricos preconizados pelo materialismo histórico-dialético, recolher a bandeira abandonada pela burguesia e convertê-la nas possibilidades que efetivem o horizonte da emancipação humana é a tarefa inadiável do presente século, posta na perspectiva da classe trabalhadora.

Referências

BARROS, A. Entre luzes e sombras. A ascensão e a decadência da ideologia burguesa. **Interfaces Científicas**. Aracaju, V. 6, N. 3, p. 101-110. Fev. 2018.

COUTINHO, C. N. **Estruturalismo e miséria da razão**. Posfácio de José Paulo Netto. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GIANNA, S. D. **Decadência ideológica do pensamento burguês: a crítica ontológica de Lukács ao agnosticismo e ao irracionalismo**. – Marília: Lutas Anticapital, 2022.

HEGEL, F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses; com a colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. – 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1986.

LUKÁCS, G. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. – [4. reimpr]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

ROUANET, S. **Mal-estar da modernidade**. Brasil: Companhia das Letras, 1993.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.